

Os pescadores da Praia do Paquetá (Canoas, RS): memórias sobre mobilização social

The fishermen from Paquetá Beach (Canoas, RS): Memories about social mobilization

Enviado em 22 de novembro de 2016

Aceito em 26 de dezembro de 2016

CHRISTMANN, Juliana Pugliese¹

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes²

Resumo

A Praia do Paquetá é um tradicional ponto de lazer para moradores da cidade de Canoas, RS, situado na margem esquerda do Rio dos Sinos, em Área de Preservação Permanente (APP) na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Jacuí. Ali, vive um grupo de pescadores artesanais que sobrevivem do que pescam no Delta. O objetivo do trabalho foi verificar como este grupo se mobiliza para enfrentar os desafios das cheias, da poluição ambiental e da expansão urbana em relação ao espaço da Praia. Teoricamente, trabalhou-se com elementos do campo de estudos sobre memória social e metodologicamente, a partir da História Oral, com entrevistas temáticas sobre as formas de mobilização para a resolução de problemas que os afetam coletivamente.

Palavras-chave: Pescadores da Praia do Paquetá, Memórias, Mobilização Social

Abstrac

The *Paquetá* beach is a traditional recreation spot for residents of the city of Canoas, Rio Grande do Sul, Brazil situated on the

¹ Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais pela UNILASALLE.

² Doutorado em História pela UNISINOS.

left bank of the Dos Sinos river. It is situated within a Permanent Preservation Area of the Environmental Preservation Area of the Jacuí Delta. This area is home to a community of fishermen whose livelihoods depend on what they catch in the Delta. The objective of this work is to verify how this group mobilizes to face the challenges of floods, environmental pollution and urban expansion into the beach areas. In its theoretical base this article borrows from elements of the field of study of Social Memory. The methodology utilized in this article stems from the Oral History tradition, with thematic interviews about the varying forms of social mobilization to obtain resolution of problems that affect the community as a whole.

Keywords: Paquetá Beach fishermen, Memories, Social Mobilization

Introdução

Antes a Associação [de pescadores] era fria. A gente não tinha um negócio quente, foi passando para um, para outro. Mas, agora, essa associação está registrada e está quente [ativa]. (MIRO, 18.10.2014)

Este ensaio tem como objeto a mobilização social de pescadores da Praia do Paquetá, tradicional ponto de lazer para os moradores da cidade de Canoas. A Praia está localizada em zona de urbanização secundária, na margem esquerda do Rio dos Sinos, em Área de Preservação Permanente (APP) na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Jacuí. O poder público municipal reconhece o local como referência para a prática da pesca artesanal e como balneário

Sua população é de 294 moradores (158 homens e 136 mulheres), distribuídos em 113 domicílios (IBGE, 2010). De acordo com a Prefeitura Municipal de Canoas, deste total, 138 são pescadores tradicionais. Em períodos de cheia, o povoado enfrenta o isolamento por via terrestre – nem mesmo os ônibus conseguem vencer o volume de água acumulado na estrada de acesso à localidade. O alagamento também traz riscos e dificuldades aos moradores, principalmente quando o nível do rio atinge a altura dos relógios de medição de energia, levando à interrupção do fornecimento de eletricidade. No ano de 2011, quando o nível do Rio dos Sinos passou dos 2,40

metros, a população ficou ilhada no local, sendo atendida pela Defesa Civil de Canoas. (SEMA, 2014)

Um estudo de Gossling et al. (2011) informa que o surgimento da Praia do Paquetá deu-se quando o proprietário das terras da empresa Adubos Trevo S.A. (fábrica de fertilizantes) cedeu espaço para que Fernando Dias Reis pudesse acampar durante suas pescarias. Com o passar do tempo, outros pescadores começaram a ocupar o local. No início da década de 1970, com a necessidade de escoar a produção da fábrica Bianchini, foi feita a dragagem do Rio dos Sinos para servir de canal de navegação. A areia teria sido depositada na margem esquerda, onde nasceu a Praia do Paquetá de hoje. Naquele momento, chegaram os primeiros moradores atraídos pela beleza do local e pela tranquilidade. Esses, mesmo sem credenciamento, desenvolviam atividades pesqueiras, comercializando o produto do trabalho.

Ainda na construção da origem da Praia do Paquetá, a partir dos depoimentos de pescadores, são evidenciadas as dificuldades encontradas para quem ocupou aquelas terras. A formação do povoado deu-se pela chegada das famílias que migraram das ilhas do Delta do Jacuí. Dentre eles, os pais de Miro (53 anos) e Alemão (44 anos). Alemão lembra que:

Essa estrada nós abrimos. Nós criamos neste mato. Essa estrada era lá dentro, era lá do [Rio do] Sinos. Fomos nós que ajudamos a aterrar aqui, a colocar os canos [de água]. Aqui era tudo areia. O pai morava aqui e nós morávamos ali na esquina, num galpão. (18.10.2014)

O relato de Miro informa que a Praia era na outra margem (direita) e como iniciou a ocupação da localidade em que moram hoje. Ele diz que:

Isso aqui era mato. A Praia do Paquetá, mesmo, não era aqui. Era lá do outro lado [margem direita do rio]. Então, lá foram fechando, porque foram criando plantação de arroz e aí começaram a cortar o acesso. As pessoas, aí, começaram a vir para cá. Nós já morávamos aqui. Aí o pessoal começou a entrar e a abrir para passar carroça, bicicleta. Aí o pessoal foi abrindo e começaram a vir carro, trator. (18.10.2014)

Em relação à estrutura pública, o Plano de Manejo do Delta do Jacuí (SEMA, 2014) informa que recolhimento do lixo é realizado pela Prefeitura de Canoas, duas

vezes por semana, constatando a disposição deste em locais inadequados, nas margens do Rio dos Sinos. Em visitas realizadas no ano de 2015, observou-se a instalação de contêineres para depósito de resíduos em muitos pontos próximos do rio.

Ainda de acordo com o Plano de Manejo do Delta do Jacuí (SEMA, 2014), não há escolas, nem postos de saúde na área inserida na APP e o transporte público que atende a localidade é o da Linha Mato Grande. Conforme os relatos de pescadores, as famílias recebem visitas do Programa Saúde da Família (PSF) e as crianças estudam nas escolas municipais próximas ao povoado: Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Cirne Lima e Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio Grande do Sul, ambas no Bairro Mato Grande. Quanto ao transporte público, há reivindicação da população local para que a grade de horários seja ampliada.

Em relação às principais atividades econômicas da Praia do Paquetá, o Plano de Manejo do Delta do Jacuí (SEMA, 2014) identifica a pesca e a reciclagem de lixo. Registra também que, durante o verão, o comércio aumenta e que são montadas tendas durante os finais de semana para atendimento aos cerca de 3000 visitantes que utilizam a Praia do Paquetá. Os demais estabelecimentos funcionam durante todo ano: armazéns, bares e padarias, venda de pescado e artesanato. A população residente também desenvolve atividades profissionais fora da região e estão organizados na Associação de Moradores e Pescadores da Praia de Paquetá-AMPPP (SEMA, 2014).

Em novembro de 2014, a Câmara de Vereadores de Canoas aprovou, por unanimidade, a Lei Ordinária 5882/2014, Canoas RS, que reconhece a localidade com o nome Praia do Paquetá e também como comunidade tradicional.

O grupo de pescadores da Praia do Paquetá é formado por cerca de 110 famílias que vivem em estreita relação com as águas: delas tiram seu sustento com a venda de pescado e as utilizam como via de transporte e lazer. A questão que se levanta é: Como se mobilizam para enfrentar os desafios das cheias, da poluição ambiental e da urbanização? Para responder, traçou-se o seguinte objetivo: Analisar, a partir das memórias dos pescadores, as suas formas de interação e de mobilização para a resolução de problemas que os afetam coletivamente. A fim de embasar as

interpretações do estudo, utilizaram-se proposições teóricas sobre: memória (POLLAK, 1989 e 1992; e mobilização social (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007) e (HENRIQUES et al., 2007). Metodologicamente, trabalhou-se com pesquisa bibliográfica e produção de fontes orais, a partir da metodologia da História Oral (MEYHI, 2005).

Na sequência deste texto, discutimos memória e mobilização social, buscando constituir um arcabouço teórico para refletir sobre como se dá a materialização de ações para resolução dos problemas coletivos dos pescadores da Praia do Paquetá.

Memória e mobilização social

Memória

Pollak (1992) afirma que a memória é um fenômeno coletivo e social, explicando os seus elementos constitutivos, ou seja: acontecimentos vividos pessoalmente; acontecimentos “vividos por tabela”. dos quais nem sempre o indivíduo participa isto é, vivido pelo grupo ou coletividade de pertencimento, mas que no imaginário tomaram relevo. Além desses acontecimentos, o autor enumera: os eventos; pessoas; personagens realmente encontradas ou frequentadas por tabela (que não pertenceram ao seu espaço-tempo); lugares relacionados a uma lembrança pessoal ou distante no espaço-tempo; e vestígios datados da memória, isto é, o que ficou gravado como momento preciso de um acontecimento.

Em se tratando das experiências do indivíduo, Pollak (1992) explica que poderá haver maior inscrição na vida pública, isto é, uma reconstrução de sua biografia reduzida a uma personagem pública ou a sua representação, nas quais se expressam lugares de apoio à memória, como por exemplo, as comemorações. No caso da redução à vida privada, as memórias estarão em torno da família, nascimento de filhos, cotidiano, vida no lar, entre outros.

Ainda, Pollak (1992) chama a atenção para o fato de que a memória é seletiva: alguns acontecimentos são registrados e outros não e que isso não se refere apenas à vida física do indivíduo, sendo, em parte, herdada. Neste caso, há ligação entre memória e identidade (no sentido da imagem de si, para si e para o outro). Nesse sentido, o autor trata de três elementos essenciais: a unidade física, sentimento de ter fronteiras físicas (fronteira de pertencimento); continuidade no tempo (sentido físico, moral e psicológico); sentimento de coerência, ou seja, diferentes elementos unificados formam o indivíduo. Identidade e memória, porém, não são fixas, mudam através do tempo; são reconstruções ou representações da realidade. São as memórias que mantêm o sentimento de igualdade ao longo do tempo, mas também estas são revisadas para que deem suporte a novas identidades a ser construídas.

Para caracterizar esta memória constituída, Pollak utiliza o conceito de enquadramento da memória, tarefa que atribuí aos historiadores, visando à construção de uma determinada história organizada de um grupo, região, nação, visando à unificação e manutenção da unidade. Trata-se de um investimento de solidificação do social. O autor estuda os componentes e formas de configuração da memória coletiva. Estes têm a função de manter coesa e coerente a experiência compartilhada pelo grupo social, delimitando e protegendo suas fronteiras.

Michel Pollak (1989) aponta o caráter conflitivo, destruidor e opressor de diferentes memórias. No grupo social e entre grupos, existem memórias em disputa, ou seja, conflito e competição entre memórias concorrentes. Neste processo, memórias poderão se tornar subterrâneas e outras dominantes, residindo aí, portanto, o caráter problemático da imbricação entre a memória individual e a coletiva. Para ele,

[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. [...] pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 2).

As memórias, mesmo que subterrâneas, questionam a memória oficial e são transmitidas no espaço familiar, em redes de sociabilidade, sejam elas afetivas ou políticas e em associações. Caso sejam reprimidas por um longo prazo, cresce o

perigo de sua fragmentação. Nesse sentido, o autor informa sobre o trabalho da própria memória em si, ou seja, “cada vez que uma memória está relatada, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização” (POLLAK, 1992, p. 206). Isto é tanto para as memórias subterrâneas quanto para as dominantes. O trabalho da memória está intimamente relacionado à organização social da vida.

O autor também busca explicar que os silêncios e esquecimentos, podem significar não o afastamento do indivíduo do grupo de referência, mas sim, maneiras de fazer a gestão do que pode ou não ser dito numa determinada época e lugar. Dessa forma, o lembrar e o esquecer são utilizados como estratégias políticas por indivíduos no grupo ou entre grupos em disputa.

O afloramento, no presente, das memórias subterrâneas, mostra a instabilidade de forças, as fragilidades, as feridas abertas, as tensões, os problemas e contradições não resolvidas no passado, pois,

conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. [...] remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido (POLLAK, 1989, p. 8-9).

Portanto, é no presente que se identificam resistências diante de algumas situações pelas quais passam o grupo ou grupos sociais, como assimilam conquistas, perdas e tragédias, como trabalham os ressentimentos, recorrendo às memórias num esforço de compreensão e de busca de significado para a experiência.

Isto remete às questões identitárias: para Pollak (1992), a construção de identidade é um fenômeno que se dá em relação ao outro, em negociação com os outros a partir de três critérios: aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Memória e identidade são negociadas e não são essências de indivíduos ou grupos, são valores disputados, podem opor grupos políticos diversos e elementos de um grupo em particular. Manifestam-se então, por exemplo, disputas por hierarquização de fatos, de personagens, acontecimentos. Em momentos de risco para um determinado

arudo. há investimentos no que o autor explica como “[...] reorganização da memória própria arudo” (1992. p. 206).

Com base nesses pressupostos, ancoramos as discussões sobre memórias dos pescadores da Praia do Paquetá sobre mobilização social, conceito que discutimos a seguir.

Mobilização Social

Segundo Melucci (2001), o movimento social é a mobilização de um ator coletivo, que se manifesta por meio da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual se situa. Estes movimentos contemporâneos são como redes de solidariedade com fortes conotações culturais. Os processos de mobilização, modelos e formas de comunicação são níveis de análise significativos para reconstruir o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Também são formas contemporâneas de ação coletiva, múltiplas, que atingem diversos níveis do sistema social.

A mobilização, como um processo amplo, não depende apenas da simples divulgação. Como estratégia de comunicação, está a interação face a face, promovendo uma maior proximidade entre os indivíduos e possibilitando ações mais unidas. Em projetos de mobilização, é preciso gerar e manter vínculos entre movimentos e seus públicos, permitindo o desenvolvimento de ações concretas de cooperação e de colaboração, fazendo com que os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos (HENRIQUES et al., 2007).

A mobilização social é muitas vezes confundida com as manifestações públicas, com presença das pessoas, como em uma passeata ou concentração. A mobilização ocorre de fato, quando um grupo de pessoas, uma comunidade, ou uma sociedade decide e age, com um objetivo comum, buscando resultados decididos e desejados por todos (TORO; WERNECK, apud MAFRA, 2006). Os autores Henriques, Braga e Maфра (2008) reforçam que a mobilização social é uma reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a modificação de uma determinada situação, movidos por um pacto em relação a

essa causa de interesse público. Para discutir as causas ambientais, por exemplo, preconiza-se o envolvimento e a valorização da escala geográfica local, facilitando o intercâmbio de intenções e de conhecimento. Desta forma, definir as unidades de planejamento é uma estratégia para os recortes de objetivos (ANDRADE, 2010).

Enquanto processo, a mobilização social é gradual e envolve a criação e o compartilhar de valores entre os indivíduos que participam. O envolvimento na mobilização depende da vontade das pessoas e, para que ela ocorra, é necessário que os movimentos (sociais) se preocupem com o processo de identificação, possibilitado pela comunicação. Descuidar do fator de identificação impossibilita a formação de vínculos entre os vários atores participantes, porque o fator identificação é o elo entre os indivíduos e o projeto, que, neste caso, cria o vínculo das pessoas desde os níveis mais básicos até o nível de corresponsabilidade (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007).

Uma das maneiras de se verificar como isto se dá, é a partir da construção de memórias. Nesse sentido, analisamos alguns estudos que trabalham essa relação.

Memórias de mobilizações de ribeirinhos e pescadores em diferentes lugares do Brasil

Alves e Justo (2011) abordam transformações vividas por uma comunidade afetada pela construção de uma usina hidrelétrica no rio Paraná. Os autores estabeleceram contatos com os moradores mais antigos e produziram, com eles, diálogos em situações diversas, como em visitas nas casas e rodas de conversas ocorridas nas calçadas (a vida de portas para fora). Identificaram, em suas falas, que o rio é uma constante na vida do homem e todos têm contato com as águas. Os pesquisadores concluíram que não são apenas os ribeirinhos que têm suas vidas diminuídas ou anuladas quando lhes retiram o rio de suas existências, mas é a humanidade que perde uma importante fonte de geração de energia para a vida.

No mesmo sentido, o estudo de Alves e Justo (2011) identifica ser o rio, parte insubstituível na vida do ser humano e que esse e a pesca são vistos como

combustíveis da vida. Mesmo com seu iminente desaparecimento, o rio Paraná (espaço investigado) permanece na imaginação, como um dos principais monumentos da natureza e da cultura. Matar o rio, portanto, significa matar a subjetividade que se constitui a partir dele. Tal como os autores constataram nas falas dos ribeirinhos, sem a água viva, corrente e saudável do rio, a própria vida perde potência, desidrata-se e seca.

Outra pesquisa examinada foi a de Silva (2006) sobre as territorialidades e modo de vida de pescadores do Rio Itaquara, em Breves, no Pará. Na prática pesqueira, há uma diversidade de atores: pescadores, comunidades pesqueiras, associações de pesca, intermediários do pescado e órgãos de fiscalização. Cada um deles se relaciona de modo diferente com a obtenção e uso dos recursos naturais, materializando ações específicas para a delimitação do território de atuação e adotando territorialidades diversificadas e muitas vezes conflitantes.

Já Rapozo e Witkoski (2011) procuraram compreender a relação entre o desenvolvimento da atividade pesqueira comercial na Amazônia e sua relação com as transformações sociais do trabalho por meio da inserção do capital na economia regional, a partir da percepção de memórias dos pescadores do Baixo-Solimões, no estado do Amazonas. Conforme os autores, a diversificação sobre as formas de apropriação social dos recursos naturais da região e sua relação com os sujeitos envolvidos demarcaram profundas modificações quanto ao modo de vida rural e as dimensões sociais do trabalho na Amazônia.

Encerrando levantamento a partir de investigações sobre vivências e mobilizações relacionadas à água, utilizou-se o trabalho de Santos e Chiapetti (2013) sobre o rio das Contas, na Bahia. Este rio é considerado um importante marco histórico-social e cultural, fomentador do desenvolvimento de várias atividades como: captação de água para consumo, lazer, pesca, prática de esporte, transporte de pessoas, de mercadorias, entre outras. Os autores buscaram compreender o rio por meio de sujeitos que o vivenciam cotidianamente, dando ênfase às experiências daqueles para refletir sobre a importância do rio em suas vidas e seu bem-estar. Os resultados apresentaram diferentes formas de relação com o rio, como os canoístas, que têm sentimentos de afetividade e amor pelo rio, porque a canoagem só é possível

pela sua presença. Por sua vez, os caminhantes da margem apenas contemplam o rio na prática de sua atividade física. Como conclusão da pesquisa, apontaram que entender como as pessoas vivenciam o rio, no seu dia a dia, foi fundamental para compreender a importância do cuidado com ele.

Todos os trabalhos consultados evidenciam a relação de ribeirinhos e pescadores com o espaço que habitam, notadamente os rios, dos quais esses últimos tiram seu sustento. Isto é uma realidade também para os pescadores da Praia do Paquetá. Estes, quando percebem ameaças em relação ao Rio dos Sinos e ao Delta do Jacuí, utilizam seus espaços de participação para a resolução de problemas que venham a afetá-los coletivamente.

Os espaços de participação dos pescadores da praia do Paquetá (Canoas, RS)

Com o início da abertura política, começou-se a discutir a democratização da gestão das águas (a partir de 1978), na qual agentes sociais teriam uma atuação mais efetiva nas decisões sobre os usos das águas. A bacia hidrográfica passou a ser definida como unidade de gestão, sendo este conceito incorporado ao plano estadual de recursos hídricos, permitindo os usos múltiplos das águas (SINISGALLI; MEDEIROS; ROMEIRO, 2009).

Segundo Cánepa et al. (2004), entre os anos 1970 e 1980, a sociedade em geral começava a se mobilizar em uma série de movimentos ambientalistas, preocupados com o aumento da degradação ambiental, especialmente a dos corpos d'água. I região Metropolitana de Porto Alegre. três cursos d'água causa preocupação: o Lago Guaíba, o Rio dos Sinos e o Rio Gravataí, em virtude de estarem localizados em região altamente industrializada e urbanizada.

Ainda conforme Cánepa et al. (2004), o nascimento do Comitê Sinos foi em 1987. Naquele ano, deu-se início à campanha SOS Sinos, liderada por entidades ecológicas da região, meios de comunicação locais, autoridades estaduais e locais e setores da indústria. O movimento tem como marco a realização de um seminário na

Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). E no ano 1988, a partir do decreto governamental, o Comitê Sinos tornou-se o primeiro comitê de gerenciamento de bacia de um rio que banha apenas um Estado, implantado no país. Dentre seus objetivos, estavam os estudos técnicos, mobilização da sociedade, conscientização da população e gerenciamento da bacia hidrográfica.

Ao retratar os fatos históricos da gestão hídrica, Sousa (2004) refere-se ao enraizamento sociocomunitário na criação dos comitês do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí. Estes comitês foram destaques da participação social na gestão hídrica no Brasil, sendo o Comitê Sinos o primeiro caso registrado de surgimento de comitês de bacia hidrográfica sem a iniciativa exclusiva do poder público. Em 1988, em conjunto com usuários da água (indústria e agricultura), municípios, e, com apoio, do Estado, fundaram o Comitê Sinos, de caráter consultivo, com objetivo de promover a melhoria da qualidade das águas e do meio ambiente nas suas bacias.

A seguir apresentam-se as redes com as instituições que realizam atividades relacionadas aos recursos hídricos na região hidrográfica em que vivem os pescadores da Praia do Paquetá.

Quadro “As redes do Rio dos Sinos”

| Comitê Sinos | Consórcio Pró-Sinos | Fórum de Pescadores do Delta do Jacuí |
|--|--|--|
| <p>O Comitê Sinos é o comitê mais antigo do Brasil. Para entender o processo que levou a sua formação, faz-se um breve histórico da conjuntura socioambiental do Brasil.</p> <p>Projeto Verde Sinos, viabilizado por meio do Programa Petrobras Socioambiental com o apoio da UNISINOS, sendo parceiros na pesquisa que dá suporte às ações de preservação e recuperação, além de enriquecer a Educação Ambiental em diversos municípios.</p> <p>Projeto Peixe Dourado, em convênio entre a UNISINOS e o Ministério do Meio Ambiente, que envolve professores e alunos, aliando a pesquisa científica e a educação ambiental a partir de estudos sobre o dourado. É mantido com apoio de prefeituras e outras entidades da região.</p> <p>Projeto Monalisa que mapeou e expôs mais de oito mil pontos de impactos ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Foi desenvolvido com recursos da SEMA e UNISINOS. (BECKER JUNIOR, 2013)</p> | <p>O Consórcio Pró-Sinos é uma associação pública de natureza autárquica, integrante da administração indireta que obedece aos princípios da administração pública. Seu quadro funcional é composto por servidores públicos dos entes consorciados e por pessoal contratado. Entre suas finalidades estão defender, ampliar e promover a interação, fortalecer e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios que integram o consórcio. O Consórcio, também realiza estudos de natureza técnica e social nas áreas de meio ambiente e saneamento, desenvolvendo um programa permanente de educação ambiental. (PRO-SINOS, 2014)</p> | <p>O fórum aponta que o Fórum foi criado na busca de resoluções de enfrentamento à crise ambiental vigente na pesca artesanal na sua área. Observou também que impactos ambientais causados pela pesca predatória e por outras atividades econômicas têm causado a desterritorialização e o estabelecimento de novos territórios dos pescadores artesanais. Assim, estabelece-se um contexto de conflitos e disputas territoriais que influenciam o conteúdo dos conhecimentos tradicionais. Como espaços de discussão, ocorrem as assembleias gerais do Fórum, nas quais há troca de conhecimentos locais com técnicos e científicos. Esse processo identifica concordâncias e rupturas entre os participantes que dialogam sobre a gestão ambiental e a gestão compartilhada da pesca artesanal. (PAULA, 2013)</p> |

Fonte: Produzido por Juliana Christmann a partir de Becker Junior (2013); Pró-Sinos (2014); e Paula (2013).

Um dos grandes problemas enfrentados pelos pescadores em relação ao Rio dos Sinos refere-se à poluição das águas. No estudo realizado junto ao grupo da Praia do Paquetá e no de Paula (2013), em Sapucaia do Sul, os relatos trazem que o exagero de poluição provocou consequências graves sobre a quantidade e a qualidade dos peixes. A pesca no Rio dos Sinos é considerada como em processo em extinção, mas ainda ocorre em algumas áreas, próximas dos canais com maior vazão, nos quais a água não está tão poluída. Entretanto, tais áreas não são suficientes para a subsistência das comunidades que ali pescam.

Paula (2013) elenca consequências desta situação de desterritorialização da pesca, listadas a seguir: (a) Leva os pescadores locais a estabelecerem

territorialidades em outras áreas como os Rios Jacuí e Ibicuí. (b) Impacta a comunidade local tanto economicamente, quanto culturalmente. A desterritorialização está diretamente relacionada com a contaminação dos corpos hídricos por dejetos industriais. Segundo os pescadores de Sapucaia do Sul, além da grande mortandade de peixes que ocorreu no ano de 2006, todo ano ocorrem, no mínimo, dois eventos de contaminação que resulta nesse processo. (c) A maior parte dos dejetos lançados sem tratamento vem dos diversos “curtumes” da indústria calçadista: A contaminação agravada em decorrência dos agrotóxicos das lavouras de arroz que estão situadas nas margens do Rio dos Sinos. (d) A mineração é prejudicial no que diz respeito à produtividade pesqueira nesse rio, pois atua desrespeitando o período da Piracema, em áreas de reprodução.

Os relatos de memórias sobre as práticas da pesca e sobre os problemas que os pescadores enfrentam na Praia do Paquetá, trazem que, para além da necessidade de buscarem locais de pesca mais distantes da área em que habitam, ainda se deparam com questões referentes à navegação e atividades com Jet-ski. Segundo os pescadores, as hélices do Jet-Ski matam os peixes e, ainda, a movimentação no rio causada pelo trânsito desses equipamentos influencia a dinâmica dos cardumes. Alguns locais, que eram territorialidades da pesca, estão totalmente contaminados como a “Vala da Mathias”, a “Vala da Trobrás” e a “Vala Podre”. Antigo “Arroio do Aracá” (que desemboca na foz do Rio dos Sinos). As dragagens para aumentar o calado do Sinos são apontadas, também, como impacto negativo, pois sugam os alevinos.

Memórias de mobilização dos pescadores da praia do Paquetá

A história oral, segundo Pollak serve como instrumento para recolher os testemunhos individuais, privilegiando os excluídos, as minorias, os marginalizados. “[...] é uma forma de empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a

periferia e a marginalidade” (1989. p. 2). situação em que consideramos encontra -
se os pescadores da Praia do Paquetá.

Pollak informa que “[...] uma história de vida colhida por meio da entrevista o
esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de
ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é re
(1989, p. 14). Neste caso, não trabalhamos com entrevista do tipo história de vida,
mas sim com a temática. No entanto, entendemos que, em ambos os casos, a
construção da memória individual é resultante “da questão de um equilíbrio pre
de um sem-número de contradições e de tensões” (POLLAK. 1989. p.11).

Os documentos orais foram produzidos a partir da metodologia da história oral,
com aportes de Meihy (2005) e de Meihy e Ribeiro (2011). Os autores discutem o
caráter da história oral, indicando que a metodologia busca: dar voz aos que são
marginalizados e excluídos: os motivos das “inverdades”. para além das verdades: e
subjetividades; o que se oculta; as oposições dentro de um mesmo grupo; as
diferenças, os confrontos, os discursos opostos, mostrando as lutas internas no
trabalho de construção da memória. O oralista será um mediador de causas e Meihy
(2005) e Meihy e Ribeiro (2011) dizem ser este um pressuposto do caráter cidadão da
história oral.

Harres (2008) também comenta sobre a metodologia da história oral brasileira e
sua preocupação com os problemas sociais como: “questão agrária e a luta pela terr
cujas marcas são seculares; a desorganização do espaço urbano e a luta pela
moradia. pela saúde e pela educação [...]” (p. 101). Nesse sentido, este trabalho inclui
situação de grupos ribeirinhos, caso dos pescadores da Praia do Paquetá, envolvidos
num processo de degradação ambiental e de avanço da urbanização.

Portanto, ressalta-se a importância da postura dialógica do pesquisador junto
aos entrevistados e com o *corpus*; como aponta Pollak (1989), é preciso empatia com
aqueles com quem se está trabalhando e “sensibilidade trabalho científico
(POLLAK, 1992, p. 212). Também, é necessário atentar para a questão do uso das
memórias como fonte, lembrando, ainda o autor (1989) quando alerta para o seu
caráter conflitivo e as relações de poder que as permeiam. O ato narrativo é datado,
passível de reversibilidade, envolto em disputas, jogos estratégicos. Tanto o

entrevistador como o entrevistado decide dar um determinado tratamento à memória, portanto, é nesse sentido que se fala em oralidades possíveis, isto é, diferentes construções, partindo de determinadas intenções, referências e contextos socioculturais.

Aqui, é preciso ter presente, conforme indica Pollak (1989) que o grupo ou associação veicula o próprio passado e imagem que forjaram para si mesmos, pois “[...] o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo” (p. 8). É preciso ouvir diferentes vozes, pois até mesmo dentro de um grupo que parece ser coeso, têm-se memórias dominantes e memórias subterrâneas.

Ao analisar os testemunhos dos pescadores, percebeu-se que, misturam os estilos narrativos indicados por Pollak (1992): o cronológico, temático e o factual. Como o grau de escolarização é mínimo, não há uma construção mais sofisticada, de pensar em si mesmo, ao mesmo tempo em termos de duração e de situar-se em perspectiva de início, meio e fim. A mobilização se dá no espaço da Associação. Essa e a liderança de seu Presidente, Paulo Denilto, são reconhecidas pelos associados, que destacam, principalmente, a disponibilidade e a boa articulação para tratar dos assuntos do seu interesse. “Tem o Paulo [Denilto], que é o presidente e tem mais um. É muito bom ter a Associação de moradores. Qualquer coisa que a gente precise, seja para fazer um papel, ou documento, a gente fala com ele e está pronto” (18.10.2014). comentou Dona Maria. Miro, seu esposo, complementou, dizendo que:

Depois que o Paulo [assumiu a liderança], a Associação melhorou bastante, pelo menos, pelos direitos da gente, que é pescador. Ele procura na colônia de pesca. Se precisa, ele vai lá e encaminha e a gente está sempre procurando. Antes a associação era fria. A gente não tinha um negócio quente [ativa, insitucionalizada], foi passando para um para outro. Mas agora essa associação está registrada e está quente. (18.10.2014)

O coletivo é pautado pela expressão “a gente”, como indica Pollak (1992) — um “nós” família-político —, no entanto, o envolvimento dos associados nas pautas de discussão de temas relevantes, em instâncias fora do povoado, é variável. Parte deles prefere delegar esta responsabilidade apenas à liderança, como revelou Miro: “Eu não vou muito nesses negócios. Quando tiver que ir, o Paulo [Denilto] que vai. Se tiver

uma praia, que tem uma reunião com os presidentes pescadores, ele vai. Eu quase não tenho tempo, vivo trabalhando” (18.10.2014). Aqui, nos reportamos ac informa Mafra (2006), quando chama a atenção para o fato de a mobilização social não incidir sobre a presença de pessoas reunidas para uma determinada ação, mas sim, o envolvimento dessas com uma demanda comum. No caso dos pescadores, a mobilização se faz a partir da Associação que os representa.

Dependendo da gravidade do problema que enfrentam, há presença mais efetiva dos pescadores para acompanhar de perto o desenrolar de decisões, como as relativas ao processo judicial referente à mortandade de peixes de 2006, no Rio dos Sinos. Jaque contou que:

Nós participamos [da Associação]. Eu, agora, não acompanho mais, porque não tenho condições mesmo, né [referindo-se ao afastamento da pesca por problemas de saúde]. Mas já participamos bastante de reuniões. Às vezes, as pessoas, que nem agora há pouco tempo, tiveram que se deslocar até Porto Alegre para falar sobre a mortandade dos peixes. Ainda estão nisso. E um monte de pescadores foi lá na audiência. (18.10.2014)

Quanto mais os envolvidos se identificam entre si e com a causa pela qual lutam e se comunicam, maior é o envolvimento nos processos de mobilização.

Quem mora há mais tempo na localidade lembra da época em que o consumo de água, direto do rio, fazia parte da vida dos ribeirinhos, como recordou Dona Maria: “Quando eu vim morar aqui a gente tomava a água do rio. lavava a roupa comida. era só a água que tinha” (18.10.2014). O marido dela, Miro, complementa com suas lembranças:

Nasci me criando e bebendo essa água do rio. Mas hoje eu não posso. Se eu tomar uma caneca daquela água do Rio dos Sinos eu vou parar no hospital, por incrível que pareça. Acredita que a Petrobras, quando eu era guri, eles jogavam todos os resíduos para a água, né. Então o rio amanhecia preto de piche e para beber a água, porque não tinha outra, nós pegávamos o balde e abanava aquele piche e bebia, né. (18.10.2014)

Para quem vive próximo às águas e retira seu sustento do Rio dos Sinos, a preservação dos recursos hídricos é mais do que um discurso. Eles entendem que têm responsabilidade em contribuir para um rio menos poluído. Porém, esperam uma

responsabilização daqueles que causaram a mortandade dos peixes. Esta preocupação se revelou, de forma mais intensa, na fala de Miro:

Nós não podemos deixar morrer essa água aí. Quando terminar a nossa água, terminamos nós tudo. Nós não vivemos sem água. Então, nós ainda temos que cuidar dela. E a coisa que eu mais cuido é para não deixar nenhum lixo na beira do rio. Às vezes, fico até apavorado que as pessoas vão levando garrafas para a beira do rio e deixam tudo em pé ali, em vez de pegar uma sacola, levar e guardar para botar no lixo. Eu estou velho já, mas tem muita criança e meus netos que também vão precisar tomar essa água para viver. Então, isso aí é uma vida que a gente tem que cuidar, quando eles botaram veneno na água lá, condenaram o cara e o cara está solto lá, mataram aquele mundaréu de peixe. Podia ter matado pessoa aquilo, entendeu? Se as pessoas fossem tomar água direto teriam até morrido naquele rio, que morreu aquela quantidade de peixe. E eles não fizeram nada. Sinto muito que eles abafaram, porque saiu muita grana em cima disso aí, saiu muito dinheiro. Nós até ajudamos a pagar um advogado de São Paulo, dois caras que vieram de São Paulo, mas isso ficou em conversa e terminou. (18.10.2014)

Os pescadores vivenciaram, e significam, a partir das memórias, a quase perda de seu mundo de referência, relacionado com o rio e os peixes. O crime ambiental instaurou a desordem e lhes tirou o meio de sustento. O que estava no seu lugar se rompeu, fazendo com que a comunidade de trabalho se reorganizasse produzindo estratégias e formas de resistência. Podemos verificar a emergência de determinadas lembranças que apontam para perdas, tragédias ambientais e os investimentos no rearranjo das memórias do grupo, como afirma Pollak (1992).

O que ocorreu no passado é relido no presente e é visível entre os pescadores cujas lembranças estão em fluxo contínuo. Incluem sentimentos, experiências pessoais, ressentimentos e decepções. A paisagem deteriorada, dimensão material do grupo, pulsa ainda, emergindo memórias subterrâneas, subvertendo o silêncio que se faz em relação ao acontecimento, buscando desvelar-se no presente. Assim como constataram Alves e Justo (2011) em relação às comunidades ribeirinhas do Rio Paraná, também para os pescadores da Praia do Paquetá, se o rio não está saudável, a sua vida perde potência, desidrata-se e seca.

É necessária, como apontam (BRAGA; SILVA; MAFRA, 2007), a identificação com as demandas, não bastando a vontade de participar. Outros moradores da Praia do Paquetá lembram terem participado de discussões com o Comitê Sinos, formando

vínculo com um projeto que atingia diretamente o grupo, o que fomentava a corresponsabilidade na condução e solução para os problemas.

Afastada da Associação desde que deixou de exercer a profissão de pescadora, Dona Mosa avaliou que muitos projetos para o Rio dos Sinos não saíram do papel. Ela observou que:

A gente vê mais no jornal do que propriamente aqui. Nenhum órgão se interessou assim, realmente, pelo rio [dos Sinos], no Paquetá. Não existe ainda aquela preocupação de resgatar, de salvar o Rio dos Sinos, de resolver o problema. Isso é só no papel mesmo, porque eles só vêm para o Rio dos Sinos quando dá uma mortandade de peixe. Ele [o rio] só teria uma melhora se tudo trabalhasse junto. Eu acho os projetos que eles lançam muito pobres, digamos assim, porque eles fizeram um padrão. Eles sentaram numa mesa e definiram. E, pra mim, faltou um pouco de estudo da parte deles pra fazer um projeto mais concreto. (25.10.2014)

Dona Mosa traz a questão de que, muitas vezes, as soluções apresentadas não levam em conta a valorização da escala geográfica local, como aponta Andrade (2010). Isto faz com que muitas vezes, associações e entidades locais não consigam a mobilização da maior parte de seus membros.

Sobre a ida aos locais de reuniões que discutem os recursos hídricos, no caso, as plenárias de comitê de bacia hidrográfica, os pescadores da Praia do Paquetá salientaram que a participação seria facilitada caso as atividades ocorressem ali mesmo. Informaram que, em algumas oportunidades, há muitos anos, foram disponibilizados ônibus para transportá-los aos espaços onde se dão esses debates.

De modo geral, todos os entrevistados responderam que participam da Associação de alguma forma. Buscam, principalmente, as lideranças para esclarecer dúvidas sobre temas do povoado, como o futuro das residências da Praia do Paquetá, um dos questionamentos mais recorrentes. Segundo os moradores, existem estudos e projetos, mas a discussão das autoridades municipais com eles foi superficial até momento (2015). Também há falta de conhecimento sobre um possível projeto de revitalização do Paquetá, como assinala Dona Mosa:

Raramente, houve reunião desse tipo. Muito pouca. Eu tenho para mim que já faz uns três anos ou mais que teve uma [reunião] que falou sobre esse projeto de criação [revitalização do Paquetá]. Mas só falou. Nada de concreto. Então, acho até que um projeto não é nada. Eles [autoridades municipais] sentam numa mesa e falam: “vamos fazer assim, assim e está tudo certo”. Eles não vêm para a beira do rio, não fazem um projeto, não olham o que está acontecendo e o que tem de fazer alguma coisa de melhor. Acho que é, por isso, que não vai para frente e não desenvolve. (25.10.2014)

Integrante da AMPPP, na função de fiscal da associação, Nego e outros pescadores têm uma participação ativa e colaborativa, agindo em parceria inclusive com a Prefeitura para evitar que sejam ocupadas áreas vazias do povoado. Nego declarou que:

Eu sou fiscal da associação. Cuido para não invadirem mais [a Praia do Paquetá]. Um se comunica com outro e assim vai indo. No verão, tem domingo, se vocês vierem aí, que está lotado. Isso aqui parece uma praia de mar. É mais para dezembro, sabe, quando o rio fica mais baixo, vocês olham daqui de casa parece uma praia de mar. Eu vou nas reuniões lá fora mais para discutir esse negócio de lugar, carteira de pesca. Muitas carteiras foram anuladas, né, do pessoal que parece que não era pescador. Moravam aqui, como pescador, mas não eram. Daí, anularam tudo já. (12.11.2014)

Na avaliação de Paulo Denilto, presidente da AMPPP, a participação dos pescadores sempre foi grande quando o assunto é diretamente ligado ao local em que vivem.

Tem coisas relacionadas a nós, aqui, que eu chego e falo: “vai ter uma reunião sobre isso, tal dia e eu quero que vocês vão”. Todo mundo vai quando é importante mesmo. Todo mundo se abraça e vai. A gente já fez três mutirões na Prefeitura que não deram em nada, mas a gente foi. A gente já foi lá no Fórum, a respeito da mortantidade de peixe. A gente foi em dois ônibus pra lá. (21.03.2015)

O espaço é um elemento constitutivo da construção de identidade. É nele que se dá o encontro com o outro e a negociação a partir dos critérios apresentados por Pollak: aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. É a partir da interação entre os pescadores para resolver seus problemas que as forças se renovam, que as experiências são compartilhadas e transmitidas e que os problemas e contradições são negociados.

Paulo Denilto também citou conquistas recentes que a Associação local obteve ao se fazer representada em instâncias regionais. Destacou que:

O que a gente conseguiu com o Fórum [dos Pescadores do Delta do Jacuí]? A gente conseguiu uma parceria que vai ser o primeiro parque ecológico em APP, onde vai ser permissível a pesca profissional e isso é um grande feito, porque dentro de uma área de preservação ambiental é proibido, né. É área intocada e a gente conseguiu isso. Até estou com as fichas que eu tenho que preencher. A gente vai mandar par a Secretaria de Meio Ambiente e a secretaria que vai dar a permissão para nós. (21.03.2015)

Para Enne (2004) a memória construída no presente, apoia-se em pertencimentos sociais. De certa forma, a busca do controle sobre a construção de memórias institui identidade para o agente social, como no caso dos pescadores da Praia do Paquetá. Portanto, participar como agente na construção de memórias é um processo comunicacional, pois coloca o emissor das mensagens dentro de uma rede de fluxos de informação que lhe confere identidade como participante desta rede e do processo de mobilização social. De acordo com Braga, Silva, Mafra, (2007) este pode ser construído e identificado e a mobilização social é gradual e envolve a criação e o compartilhar de valores entre os indivíduos.

Considerações finais

As memórias dos pescadores da Praia do Paquetá proporcionam um verdadeiro aprendizado sobre a vida dos ribeirinhos. São relatos de pessoas que se criaram às margens do Rio dos Sinos e que não conseguem viver suas vidas longe daquele local. O que chama a atenção é que vivem em uma faixa de aproximadamente um quilômetro na margem direita do Rio dos Sinos, cercados pela pressão da urbanização da cidade. Verificou-se que a exploração do local para outros fins, por

agentes externos, só não é maior por estar dentro do Parque do Delta do Jacuí que restringe a utilização do local.

A partir da construção de suas memórias foi possível perceber o que garante ainda a sua permanência no local, ou seja, o fato de constituírem como um grupo com certa coesão que realiza a pesca artesanal como fonte principal de sustento e se organiza em torno de entidade associativa que promove a mobilização social em assuntos relacionados ao rio e à sua atividade. A AMPPP participa de diversas discussões que podem ser consideradas formas de contribuir para a governança dos recursos hídricos – como o Fórum dos Pescadores do Delta do Jacuí e busca outros espaços que os representem na reivindicação de melhorias para o povoado em diferentes instâncias.

Referências

ALVES, Andréia Duarte; JUSTO, José Sterza. Espaço e Subjetividade: Estudo com Ribeirinhos. *Psicologia & Sociedade*. Universidade Estadual Paulista: 23 (1), p. 181-189, 2011.

ANDRADE, M. A. et al. Comunicação ambiental: estratégias de mobilização socioparticipativa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR, n. 22, p. 167-184, jul./dez. 2010.

BRAGA, Clara soares; SILVA, Daniela Brandão do couto; MAFRA, Rennan Ianna Martins. Fatores de identificação em projetos de mobilização social. In: HENRIQUES, Marcio Simeone (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo horizonte: autentica. 2007, p. 59-99.

BECKER JÚNIOR, C. Restauração da mata ciliar da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. *Revista VerdeSinos*, São Leopoldo, C5 News Press, 2013.

CÁNEPA, E. M.; ZORZI, I.; GRASSI, L. A. T.; SOARES NETO, P. B. Os Comitês de Bacia no Rio Grande do Sul: formação, dinâmica de funcionamento e perspectivas.

In: MACHADO, C. J. S. (Org.): Gestão de Águas Doces. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. vol. 2: 101-116, jul - dez 2004.

GOSSLING, Lenice Jung; FILTER, Luizette; KURTZ, Arlete S. Resgate da historia do bairro Mato Grande. Trabalho pedagógico elaborado pelas escolas municipais de Canoas/RS, 2011.

HARRES, M. M. História oral: algumas questões básicas. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, pp. 99-112, dez. 2008.

HENRIQUES, Marcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; SILVA, Daniela Brandão do Couto; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Relações publicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HENRIQUES, Marcio Simeone. Comunicação e estratégias de mobilização social (Org.). Belo horizonte: Autentica. 2007, p. 33-58.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGECE NSO2010sinopse.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MAFRA, Rennan. Entre o espetáculo, a festa e a argumentação - mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo horizonte: autentica, 2006.

MAFRA, Rennan; MARTINS, Lanna. O projeto Manuelzão e a expedição Manuelzão desce o rio das velhas. In Werneck, Nisia Maria Duarte; HENRIQUES, Márcio Simeone (orgs.). Visões de futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social. Belo horizonte: Autentica, 2008.

MEIHY, J. C. S Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PAULA, Cristiano Quaresma de. Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS). Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Caprao/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

PRO-SINOS. O Consórcio Pró-Sinos. 2014. Disponível em: <http://www.consorcioprosinos.com.br/conteudo_inst.php?id=consorcio>. Acesso em: mar. 2014.

RAPOZO, P. H. C. ; WITKOSKI, A. C. . Pescadores e as transformações sociais do trabalho na amanônia brasileira: memória social e as dinâmicas de apropriação comum dos recursos. Estudos de Sociologia, São Paulo, v. 16, p. 511-528, 2011.

RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. História oral brasileira: trajetória e perspectivas. Revista de Teoria da História. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, Ano 3, Número 6, dez/2011. Disponível em <<https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo%206.%20RIBEIRO.pdf?1325192696>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SANTOS, Veronica Macedo dos; CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Relação e Vivência de Canoístas e Caminhantes com o Rio das Contas em Ubaitaba - BA. Revista Caminhos de Geografia. V. 14, N. 48, p. 171-185, 2013.

SEMA. Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Publicação: 08/09/2010 - 00:48. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=56&cod_conteudo=5865. Acesso em: 20 mar. 2015.

SEMA. Plano de Manejo Parque Estadual do Delta do Jacuí. 2014. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/upload/plano_de_manejo_jacui.zip>. Acesso em: 22 out. 2014.

SILVA, C. N. Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

JACOBI, P. R., SINISGALLI, P. A., Medeiros, Y.; Romeiro, A.) Governança da Água no Brasil: dinâmica da política nacional e desafios para o futuro. In: _____. Dimensões Político Institucionais de Governança na América Latina e na Europa. São Paulo: Annablume, 2009.

SOUSA, Wilson Cabral Júnior. Gestão das águas no Brasil: reflexões e Diagnósticos e desafios. São Paulo: IEB - instituto internacional de educação no brasil. 2004.

Fontes orais

CARVALHO, Eliane Regina de Souza. Prenome ou Apelido Mosa. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 25.10.2014

FREITAS, Jaqueline da Silva. Prenome ou Apelido Jaqueline. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 18.10.2014.

LOPES, Miro Almir Oliveira. Prenome ou Apelido Miro. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 18.10.2014.

LOPES, Ivair Oliveira. Prenome ou Apelido Alemão. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 18.10.2014.

NASCIMENTO, Claudiomir Oliveira. Prenome ou Apelido Negro. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 12.11.2014 .

PENAFLOR, Maria. Prenome ou Apelido Maria. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 18.10.2014.

RIBEIRO, Paulo Denilto. Prenome ou Apelido Paulo Denilto. Entrevista concedida a Juliana Pugliese Christmann em 21.03.2015.